

A FORMAÇÃO DA CLASSE PATRONAL RURAL: UM ESTUDO NO SINDICATO RURAL DE SÃO SEPÉ*

VANDRISIA NEVES BALTHEZAN

* Agradeço as leituras e contribuições dos meus orientadores (Professores Marcos Botton Piccin e Ju-rema Gorski Brites e aos colegas Marlon Santa Maria e Alisson Machado)

RESUMO O artigo investiga a representação de interesses do Sindicato Rural de São Sepé (RS/Brasil), enquanto porta-voz local do patronato rural. O objetivo é identificar as práticas sociais que envolvem o processo de formação dessa classe. A metodologia ampara uma conjugação de técnicas: visitas, análise documental, entrevistas, observação e pesquisa em ambientes digitais. A pesquisa pontuou que a elite de classe se constrói em um discurso de legitimação de sua liderança, a partir de práticas de negócios, linguagem simbólica, ocupação e distribuição de postos de poder e nas associações de classe e legislativo.

PALAVRAS-CHAVE Patronato Rural. Sindicato Rural. Representação de Interesses. Classe Produtora.

THE FORMATION OF THE RURAL PATRONAGE CLASS: A STUDY IN THE SÃO SEPÉ RURAL UNION

ABSTRACT The paper investigates a representation of interests of the Rural Union of São Sepé (RS/Brazil), as a local spokesperson for rural patronage. The main goal is to identify the social practices involved in the formation process of this social class. The methodology used is based on a combination of research techniques: visits, document analysis, interviews, observation and research in digital media. The research pointed out that the class elite is built in a discourse of legitimation of its own leadership by the use of business practices, symbolic language, occupation and distribution of positions of power and in class and legislative associations.

KEYWORDS Rural Patronage. Rural Union. Representation of Interests. Producing Class.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de uma pesquisa que investigou a representação de interesses do Sindicato Rural de São Sepé (SRSS), enquanto porta-voz local do patronato rural brasileiro. Seguindo os postulados de Regina Bruno (2015), compreende-se a representação de interesses dos proprietários rurais como um conjunto de discursos e práticas que visam à construção e manutenção da legitimidade da reprodução social das classes dos grupos patronais rurais.

O patronato rural se situa numa trama de relações multifacetadas entre os grandes proprietários de terras e agroindustriais e as instituições sociais (Estado). Essas relações abrangem pequenos e médios proprietários de terra, trabalhadores rurais, povos indígenas e quilombolas na sua lógica produtiva, permeada por conflitos de interesses e desigualdades próprias do contexto complexo da ruralidade brasileira.

Diante disso, os estudos sobre patronato rural investigam os “terrenos” de reprodução e de transformação acessados pelos grandes empresários rurais e agroindustriais na tentativa de construir poder político. Embasada pela noção de “classe produtora”, essa construção articula as ações desses grupos ao desenvolvimento econômico rural e social do país.

Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo central refletir sobre as lógicas e práticas do patronato rural de São Sepé, município com cerca de 24 mil habitantes, localizado na região central do Rio Grande do Sul. No município, é notória a liderança dos ruralistas nos desígnios produtivos locais, bem como a sua proeminência nos espaços políticos institucionais.

Este artigo, especificamente, enfoca a identificação dos representantes da classe patronal rural e as práticas sociais que envolveram o processo de formação dessa classe – tais práticas são fontes da memória social do lugar. A partir da análise da estrutura organizacional da entidade, busca-se compreender as dinâ-

micas relativas aos cargos, ao formato das diretorias e às relações estabelecidas com outras entidades de representação de classe. A análise permite compreender o perfil do porta-voz do SRSS, por meio de uma amostra entre os dirigentes que privilegia as categorias socioeconômicas e as trajetórias sociais que conformam a representação do patronato rural na entidade.

Um adendo sobre a estrutura fundiária de São Sepé e a organização sindical: a legislação vigente¹ estabelece que a filiação do produtor rural aos sindicatos patronais rurais ou aos sindicatos de trabalhadores rurais segue uma margem relativa à quantidade de área em módulos. A estrutura fundiária de São Sepé revela, de modo genérico, a aproximação percentual de proprietários rurais filiados ao Sindicato Rural. Os dados da pesquisa revelam que, se retirar os produtores sem terras, 33% dos estabelecimentos estariam na margem de área que permite ao produtor rural aderir aos Sindicatos Patronais, ou aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, conforme a vigência da lei até 2017, que definia a contribuição sindical obrigatória. Ademais, 28% dos estabelecimentos rurais pertenceriam ao Sindicato Patronal, já que, além da contribuição sindical obrigatória, esses estabelecimentos possuíam área total acima de 70 hectares, o que na região representa dois ou mais módulos rurais. Aproximadamente 39% dos estabelecimentos rurais estariam associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais por possuírem até 20 hectares de área total em São Sepé.

1 Decreto nº 55.891, de 31 de março de 1965, artigo 11, define módulo rural. Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, dispõe sobre enquadramento e contribuição sindical rural.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada por meio dos seguintes procedimentos: visitas ao Sindicato; análise documental; entrevista com seus diretores e membros; observação de eventos públicos; pesquisa em redes sociais digitais (Facebook), jornais eletrônicos locais, sites institucionais – como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE/RS) – e sites de agremiações patronais

rurais – como da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) e Confederação Nacional de Agricultura (CNA).

Os acordos para realizar a pesquisa foram feitos com o então Presidente da entidade, José Aurélio Saldanha Silveira. Na primeira conversa, Silveira relatou parte da história do SRSS – inicialmente, uma reunião de estancieiros, antes de se consolidar como Associação Rural. O dirigente afirmou que o centenário do Sindicato, comemorado em 2020, considerava o período inicial de reunião dos estancieiros, portanto, anterior à formação da Associação Rural.

Ao lembrar os episódios considerados mais marcantes para a trajetória do SRSS, observou-se como Silveira mescla a história da entidade à sua própria história de vida. Emocionado, ele contou que seus pais moravam nos arredores do terreno onde foi instalada a sede, o que para ele significa uma ligação geográfica e afetiva de sua história pessoal e familiar com a da entidade.

Ele autorizou a consulta de documentos do Sindicato, solicitando em troca a organização dos arquivos desses registros. Ao acessá-los, um paradoxo se criou para a pesquisadora quanto à memória do lugar. A desorganização dos documentos nos arquivos evocou um juízo de valor acerca da construção da memória social da entidade, tendo em vista o esforço necessário para a ordenação do material documental. Em várias ocasiões, principalmente nos eventos de caráter mais solene e oficial, ouviram-se discursos de valorização do reconhecimento da memória do lugar e de seus dirigentes anteriores. Isso, todavia, contrastava com o estado de preservação dos materiais, cuja poeira acumulada remetia ao abandono e ao esquecimento.

Esse descuido analítico construído pela pesquisadora, que privilegiava instâncias documentais, dissimulava os fatos. Na visão dos sujeitos da pesquisa, os documentos e a sua organização são secundários para a memória da entidade. Para eles, a memória é construída primordialmente nas ações face a face, em estratégias que não aparecem nas atas da entidade nem nos demais documentos ali arquivados.

As atas foram um material precioso e que se transformaram num vetor para a construção de categorias e complementações de outras coletas de dados. Foram lidas todas as atas cujo acesso foi possível – de 1960 a 2006. Porém, apenas as atas de 1992 a 2006 foram sistematizadas em categorias, pois os registros desse período eram mais completos e consecutivos. Em períodos anteriores, observou-se que os registros não eram contínuos, nem sistemáticos. A consulta aos arquivos dos anos mais recentes (pós-2006) não foi permitida.

As atas são documentos que servem para debater, definir e apresentar propostas para a locação dos espaços que compõem o patrimônio da entidade; informar e definir a participação dos membros do Sindicato em eventos referentes aos interesses dos ruralistas – por exemplo, reuniões, encontros, ciclos de palestras, vigílias nos locais de ocupação de terras no Estado, bem como eventos em outras entidades e instituições; apresentar, convidar e definir a participação dos membros da diretoria em comissões da Farsul, no executivo municipal (tendo em vista que nem sempre eram os Delegados Representantes da diretoria em exercício); apresentar e debater a criação e o incentivo às associações e núcleos parceiros; planejar e avaliar as exposições-feiras; apresentar o balanço patrimonial e o orçamento anual.

As revistas publicadas pelo Sindicato compuseram também o material analisado: duas publicações oficiais lançadas pelo SRSS em comemoração aos aniversários de 35 (2003) e 50 anos da entidade (2018). Esse material permitiu analisar e compreender determinados padrões discursivos – no sentido de um raciocínio que é utilizado como argumento – da voz institucional do Sindicato, ou seja, de seus dirigentes. Tais padrões demonstram modos de enunciar a formação e os interesses de classe e a nomeação de seus aliados e adversários.

Dessa forma, a análise das revistas permitiu observar as ações discursivas padronizadas que se materializam nas falas dos porta-vozes da entidade. Esses padrões possibilitaram encadear

estruturas de pensamento e práticas sobre a visão que os dirigentes possuem de si, dos “outros”, dos interesses da organização sindical, bem como identificar algumas marcas de cada gestão. Termos como a “abnegação”, “união” e “desenvolvimento” (técnico, tecnológico, social, econômico, entre outros) conferem a tônica dos enunciados e, de certa maneira, conformam as práticas observadas.

Compondo as técnicas de coleta de dados, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com três dirigentes. Cada entrevista teve duração aproximada de 30 minutos e a gravação do áudio foi autorizada pelos interlocutores. Gilson Roberto Lorentz Brenner e Lucrécio Vargas Freitas foram entrevistados em seus escritórios, na cidade de São Sepé, nos dias 11 e 13 de novembro de 2019, respectivamente. José Aurélio Saldanha Silveira foi entrevistado na sede do Sindicato Rural, no dia 21 de julho de 2020. As entrevistas foram analisadas em três eixos temáticos: a) trajetória pessoal; b) ocupação de cargos na diretoria, percepção com relação às transformações sobre temas diversos e as prioridades do sindicalismo; c) informações de cunho social e opinativo mais amplo – como a atuação da Farsul e da CNA, as modificações sociais, as eleições e os impostos sindicais.

As conversas informais com Silveira, em diversas situações do cotidiano do Sindicato, foram inseridas na pesquisa, uma vez que havia consenso e clareza de que a participação da pesquisadora naquele ambiente implicava o desenvolvimento do trabalho investigativo. Todas as etapas de coleta de dados foram acompanhadas de observações e foi elaborado um diário de campo para a descrição e a interpretação dessas diferentes temporalidades.

Valido ainda ressaltar que partimos de uma perspectiva epistemológica de saberes localizados (HARAWAY, 2009), sobre o tema segue as orientações weberianas de que os interesses de pesquisa estão intrinsecamente relacionados ao universo sociopolítico dos autores e autoras. No entanto, esta postura não impediu a realização de um trabalho com metodicidade cientí-

fica, sustentado em dados empíricos, categorias analíticas e teorias que nos garantiram uma leitura suficientemente objetiva (WEBER, 2006).

As próximas três seções apresentam alguns resultados da pesquisa. Primeiro, discute-se a abordagem do sindicato rural enquanto espaço privilegiado para a investigação acerca da representação do patronato rural. Na sequência, analisam-se duas situações que materializam discursivamente a legitimidade dos integrantes da classe em relação ao status que detém e à propriedade da qual se anunciam donos. Por fim, a partir de cinco eixos de categorização, apresentam-se considerações acerca do perfil socioeconômico, das trajetórias e das redes de sociabilidade dos dirigentes do SRSS. Essas discussões acionam (e são amparadas por) um quadro teórico de referência relativo, sobretudo, ao campo da sociologia rural e representações patronais.

O SINDICATO RURAL DE SÃO SEPÉ – PRIMEIRAS INFERÊNCIAS

Desde a sua fundação, em 1968, o Sindicato Rural de São Sepé teve 16 dirigentes. O atual presidente da entidade ocupa o cargo há 13 anos. No entanto, as gestões tiveram, em média, um ou dois anos. Dentre os dirigentes, um ocupou o cargo por três gestões intercaladas. Ao contarem a história do SRSS, os dirigentes se identificam como abnegados e unidos, gestores desprendidos de interesses pessoais. A construção da autoimagem e da autoidentificação dos dirigentes da entidade foi sendo constituída pelo estreitamento dos laços sociais, em comunhão com as organizações e mobilizações de classe no âmbito municipal, estadual e federal – sejam elas valorativas (morais), como também pelos embates em conflitos agrários e conflitos políticos.

Compreende-se o SRSS como um espaço privilegiado de organização, representação política e reprodução social do patronato rural. Entende-se, conforme Bourdieu (1989), que a re-

produção social é dada por um conjunto de práticas sociais que servem para a manutenção e/ou ampliação de poderes, realizada individual ou coletivamente. Dessa forma, a reprodução social se dá por meio de práticas que visam manter posições sociais, via diferenciação, pautadas pela partilha de um *habitus* e de capitais específicos, visões de mundo e ações que são incorporadas pelos agentes num determinado espaço social. Para o autor, espaço social é um espaço com várias dimensões que interligam diferenciações de princípios, de forças e de poderes. Nesse sentido, engloba as posições dos agentes que desempenham determinados papéis dependendo do volume e estrutura de capital, sejam eles capitais econômicos, culturais ou simbólicos. Isso permite ações em torno de interesses comuns relativos ao tempo, ao lugar e aos valores (LIMA, 2010).

O Sindicato Rural se apregoa como um espaço social democrático, no qual todos os seus participantes teriam igualdade de representação e voz. No entanto, ao observar as práticas dos seus atores, parece que aqueles com maior capital econômico (grandes proprietários de terra e detentores de maior volume de negócios) têm maior poder de influência e decisão. Pela sua posição econômica, provavelmente, serão donatários de maiores capitais sociais (as redes de sociabilidades políticas, de parentesco, de amizades influentes) e capitais educacionais, que também sustentam os seus privilégios decisórios.

Nem todos os agentes do espaço social têm os mesmos capitais encadeados nessa lógica circular. Um agente pode, por exemplo, ter influência decisória, mesmo não sendo um grande proprietário, mas comprometendo-se em ser o porta-voz dos interesses de classe, conjugando, assim, as relações sociais, profissionais, de parentesco ou de políticas partidárias.

Reforça-se que o *habitus* ilustra a reprodução social: trata daquilo que se perpetua ao longo do tempo, mas também se refere à mudança, às transformações diante das socializações, requer relações entre a gênese e a estrutura do espaço social. Assim, re-

quer a percepção naturalizada das relações, a percepção primeira, ordinária, que estrutura as relações sociais; refere-se àquela ação que é realizada sem estranhamento. Por isso, entendemos que o *habitus* é um conhecimento adquirido e incorporado.

O Sindicato Rural é um espaço que privilegia a representação política – que se dá mediante aqueles que dominam o espaço social e têm assegurados, nos seus interesses, a “liberdade e o monopólio da produção e da imposição dos interesses políticos instituídos” (BOURDIEU, 1989, p. 168). A representação política exige capitais sociais e competências e habilidades especiais constituídas pelos títulos educacionais, pelas trajetórias profissionais e pelas alianças matrimoniais e de apadrinhamento.

As condições econômicas também são produzidas e reunidas no labor político dos representantes, tanto do passado quanto do presente. Seus porta-vozes o fazem por meio de uma linguagem que os identifica como classe, por ritos cotidianos ou cerimoniais que reafirmam as qualidades de liderança, de empreendedorismo, de abnegação aos interesses da classe. Todas essas ações impactam as redes de sociabilidade que influenciam os financiamentos, a comercialização de produtos e as políticas públicas, que não deixam de prescindir as dimensões sociais de hierarquias, constrangimentos e controles.

REPRESENTAÇÕES E DISCURSOS: “ESTA TERRA TEM DONO” E “ELE TEM GENÉTICA”

Bruno (2015) e Mendonça (2006) entendem que a representação da classe patronal rural se faz por jogos de interesses balizados pela concomitância entre a renovação dos discursos e a manutenção de práticas conservadoras, asseguradas por privilégios historicamente constituídos, aliados a capitais e poderes simbólicos associados à posse da terra. No caso em análise, a renovação dos discursos se evidencia na apropriação da figura

histórica do guerreiro indígena Sepé Tiaraju como símbolo dos conflitos agrários no Rio Grande do Sul.

Em São Gabriel, município limítrofe a São Sepé, a frase “esta terra tem dono”, de Sepé Tiaraju, foi apropriada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelos ruralistas. O MST e a Igreja Católica do município recorreram a um processo de canonização de Sepé, liderado pelo religioso Antônio Cecchin, para referenciar os espaços de apropriação da frase supracitada. As consequências do processo, em linhas gerais, tencionaram uma disputa simbólica entre o MST e o Movimento Ruralista quanto ao mito do indígena e a frase que remetia à noção de propriedade da terra.

Em São Sepé, a frase também foi apropriada pelos ruralistas em 2003, demarcando a oposição no exato momento em que um grupo de 800 pessoas do MST marchava pela BR-392, saindo de Santa Maria em direção a São Gabriel. Ao fazerem uma parada em São Sepé, foram recebidos pelos ruralistas locais com repúdio. Os ruralistas usavam a frase para identificar São Sepé como a “sua terra” – uma apropriação simbólica diante do mito do líder indígena que os marcava como os verdadeiros donos da terra.

Os discursos atuais dos representantes da classe patronal no município utilizam a mesma frase como sinal de “bravura do seu grupo”. No SRSS, há uma homenagem ao indígena dada pelo Núcleo de Criadores de Cavalos Crioulos Sepé Tiaraju. Na revista dos 50 anos do Sindicato, a conhecida frase foi utilizada como um símbolo de luta de resistência dos ruralistas, especialmente diante da perda da contribuição sindical obrigatória, por conta da Reforma Trabalhista nº 13.467, aprovada em 21 de abril de 2017. O então Presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/RS), em sua fala comemorativa ao aniversário, referiu-se à bravura de Sepé como um adjetivo de classe:

Todos sem exceção sabe[m] que dias difíceis virão sem o suporte da contribuição sindical, mas será apenas uma luta, das tantas já enfrentadas nessas cinco décadas. E dela saíra

vencedor o Sindicato Rural de São Sepé. Afinal, é inspiradora a frase de Sepé Tiaraju “Esta terra tem dono”, que até hoje simboliza resistência do povo gaúcho às adversidades. A mesma resistência que manterá firme o sindicato, apoiado pelos braços fortes de todos os agropecuaristas sepeenses, que reconhecem o valor e a indispensabilidade de sua representação sindical (SRSS, 2018, p. 17).

O trecho evidencia como os ruralistas apropriam a figura de Sepé Tiaraju e a frase a ele atribuída através de uma compreensão de propriedade privada bastante particular. Há um deslocamento de sentido que apaga os contextos de produção desse discurso, sendo reapropriado por setores que, inclusive, em diferentes momentos, opõem-se às políticas para as populações indígenas, às demarcações de terras e a projetos de reforma agrária.

Outra situação em que o jogo de representação da classe patronal toma lugar é durante as exposições-feiras, eventos comumente organizados por sindicatos rurais nos municípios gaúchos e que servem de oportunidade para a legitimação do compromisso dos dirigentes com a produção e gestão desses eventos para os negócios. Nesta pesquisa, percebeu-se que os investimentos realizados à época no parque de exposições do SRSS contribuíram para a construção de uma representação simbólica que identificava os dirigentes como lideranças locais, aptos a trabalhos no/do campo associados a uma lógica de produção agrícola.

Um dos eventos dentro da programação da exposição-feira de 2019 que evidenciou as distinções sociais entre classes – e dentro da própria classe – foi a palestra “Bate-papo Núcleo Jovem do Sindicato Rural com representantes da Farsul Jovem”. Os palestrantes eram três homens adultos jovens: um assessor jurídico da Farsul, um assessor de direito trabalhista para associados de sindicatos rurais e um representante Farsul Jovem estadual. A mediação foi realizada por uma médica veterinária local, também membra da Farsul Jovem. Na ocasião, um dos jovens presentes – associado ao SRSS e sobrinho de um ex-presidente da

entidade – foi indicado como novo presidente da Farsul Jovem do SRSS. Após o agradecimento, a mediadora comentou, em tom de brincadeira: “ele tem genética”.

Compreende-se a palestra como uma representação discursiva da classe patronal. Em relação à fala da mediadora, nota-se a conexão entre o homem e o animal – argumento também discutido por Leal (2014). “Genética” se refere ao melhoramento genético bovino na produção pecuária. Trata-se de um ramo da bovinocultura que produz espécimes reprodutores de alta qualidade genética (gado de elite), que serve para melhorar os espécimes comuns que serão abatidos nos frigoríficos. Nessa lógica de classificação de animais, os eventos de julgamento e premiação são importantes, pois os criadores fomentam relações comerciais, técnico-científicas e de capitais simbólicos para atribuir valor aos seus rebanhos, seguindo as definições das instituições representantes dos criadores que classificam os animais.

Segundo Leal (2014), o gado de elite tem relação direta com o parentesco, a linhagem, as famílias e a genealogia. O médico veterinário e o responsável pelo cuidado e manutenção do Parque de Exposições (ambos funcionários do SRSS) explicaram que uma comissão julgadora avalia os animais em quesitos pré-definidos, como pelagem, uniformidade, morfologia, sexo, idade, apresentação do animal na pista, entre outros.

No remate de animais, são comercializados os descendentes do gado de elite, pois este possui a peculiaridade de ser o progenitor de uma carne de qualidade e, por essa condição, raramente é abatido para o consumo. São seus descendentes que vão a leilão. Assistimos a um dos remates em São Sepé. Logo após a entrada dos animais na pista, o leiloeiro faz referência à linhagem do animal para promover a venda. Ele anuncia de tal forma: “Aqui a(o) fulana(o), filha(o) de sicrano”. Ao anunciar o nome do animal que está sendo negociado no momento, o leiloeiro prontamente informa que ele é descendente de um gado premiado, de elite. Esta associação direta à ascendência do animal leiloado na pista

de remates categoriza sua “qualidade” relacionada ao seu progenitor.

Leal (2014, p. 15) descreve que a pecuária bovina no Brasil se fez por meio de uma aliança “entre humanos e não-humanos: é economia e símbolo, pureza e mistura, acaso e intenção, meio e tecnologia, natureza e cultura”. Logo, o primordial aqui é perceber que o mercado do gado de elite produz um valor para a raça e para o seu criador. Nesses eventos, as distinções sociais e econômicas acabam sendo sublinhadas. É essa a lógica presente no comentário da mediadora em referência ao recém nomeado presidente da Farsul Jovem.

Percebemos indícios de uma produção simbólica de dominação a partir de uma suposta genética de superioridade, que é comunicada em eventos comerciais, políticos e sociais e é incorporada pela linguagem, pela ciência, pela economia, pelo modelo de produção agropecuária, sendo assim desvelada pelo mundo objetivo e pelas relações sociais que vão sendo construídas. Essa distinção funciona de forma ideológica, mantendo uma linearidade que precisa ser articulada como um produto da cultura dominante.

PERFIL SOCIOECONÔMICO, TRAJETÓRIAS E REDES DE SOCIABILIDADE DOS DIRIGENTES DO SRSS

Os caminhos trilhados pelo patronato rural para estabelecer um processo de modernização agrícola no campo fomentaram a renovação da noção de identidade desses atores. A reprodução do patronato rural enquanto classe é mediada pelas ações das lideranças patronais, com atuação nas políticas institucionais e na congregação de outros setores da economia, da política e nas práticas de violência no campo. Ou seja, tal modelo produtivo é legitimado nos discursos, nas práticas, nas políticas institucionais, nas políticas econômicas, na representação dos seus porta-vozes (agremiações e de figuras emblemáticas).

O termo dirigente é utilizado para representar os ocupantes do cargo de presidente do Sindicato, que compõe, juntamente com os demais cargos, a seguinte estrutura organizacional do SRSS: um presidente, dois vice-presidentes, dois secretários, dois tesoureiros, sete suplentes, três conselheiros fiscais e três suplentes, dois delegados representantes e dois suplentes. Esse modelo de estrutura organizacional se mantém por muitos anos.

As categorias de análise construídas foram: 1) perfil socioeconômico e extração social; 2) formação profissional e/ou atuação; 3) ocupação em cargos em agências do Estado; 4) vinculação com entidades de representação de classe e atuação no SRSS; 5) participação em quadros de outras entidades e associações e; 6) vínculos partidários e/ou mandatos eletivos.

Os dados permitem observar algumas características acerca dos presidentes do Sindicato referentes ao período analisado (de 1992 a 2020). Seis presidentes assumiram o cargo nos seguintes períodos: 1) Antônio Pires Corrêa (1992-1994), com uma gestão de dois anos; 2) Gilson Roberto Lorentz Brenner (1995-2000), acumulou duas gestões consecutivas, porém, afastou-se no último ano da última gestão para concorrer às eleições municipais; 3) Luiz Germano Schröder (2000-2001), assumiu o cargo substituindo o presidente anterior; 4) Lucrécio Vargas Freitas (2000-2003), com uma gestão sem reeleições; 5) Mário Roberto Mattos Sacco, com três gestões intercaladas (1985-1986; 1989-1991 e 2005-2006); e 6) José Aurélio Saldanha Silveira, presidente no período em que a pesquisa foi feita, assumiu em 2007 e seu atual mandato se encerra em 2021.

a) Perfil socioeconômico e extração social: três deles são empresários – um é sócio-diretor de uma empresa de beneficiamento de arroz; um possui escritório próprio, prestando serviços associados a projetos e construções de obras; e um possui escritório de negócios imobiliários. Os outros três são classificados como produtores rurais nos ramos de pecuária e agricultura.

Identifica-se certa maleabilidade considerando a profissão e a atuação profissional. Essa flexibilidade indica que o perfil do dirigente não precisa estar associado a uma classificação rígida quanto às características socioeconômicas. Conforme Gasparotto (2016, p. 11), deve-se ter em mente um tipo de organização multiocupacional. Pode-se, portanto, considerá-los como “criadores, profissionais liberais, políticos, pecuaristas, fazendeiros e agroempresários”.

b) Formação profissional e/ou atuação: há um engenheiro civil, três médicos veterinários e um bacharel em Ciências Contábeis, sendo que quatro mantêm atividades no setor agropecuário e um na área da construção civil, como Engenheiro Civil – Segurança do Trabalho.

Segundo Costa (2019, p. 128), os cursos nas áreas de Direito, Medicina Veterinária e Agronomia são bastante relevantes para o patronato rural gaúcho – sobretudo os de Ciências Agrárias, enquanto um “elemento de distinção social e de fortalecimento de capitais simbólicos” relativos ao trabalho na terra. Os cursos de Medicina Veterinária e Agronomia têm por característica facilitar a operacionalização nas atividades cotidianas relativas aos processos produtivos agropecuários e nas ações políticas na representação de classe. Quanto à graduação em Direito, sua importância está associada à atuação relativa aos aspectos jurídicos da produção no campo e nas esferas da política institucional.

c) Ocupação em cargos e agências do Estado: dois, dentre os seis, trabalharam em órgãos públicos. Lucrécio Vargas Freitas presidiu a entidade concomitantemente com as atividades profissionais na Exatoria, órgão subordinado à Secretaria da Fazenda do RS, e Mário Roberto Mattos Sacco foi médico veterinário na Inspetoria Veterinária do município, órgão ligado à Secretaria de Agricultura do RS.

d) Vinculação com entidades de representação de classe e atuações no SRSS: quanto à vinculação, refere-se aos núcleos e associações de representação dos interesses dos ruralistas, por

exemplo, associação de arroseiros, de criadores de terneiros, de criadores de ovinos etc. Todos tiveram participação nesse segmento do patronato rural local. Quanto aos cargos ocupados na diretoria do SRSS, todos os seis presidentes tiveram cargos nessa posição.

e) Participação em quadros de outras entidades e associações: quatro participaram em quadros de outras entidades e associações. Destaca-se o volume em participações desse tipo do primeiro presidente, Antônio Pires Correa, especialmente em comissões da Farsul e em áreas estratégicas junto à administração municipal. E a participação do atual presidente, José Aurélio Saldanha Silveira, no cargo de vice-presidente da Farsul desde 2010.

Os dirigentes fizeram parte também de comitês, conselhos e comissões no âmbito da administração municipal, atuando em temáticas variadas, como nas áreas de desenvolvimento e desenvolvimento agrícola, saúde e meio ambiente. A participação como membro votante para conselheiros municipais indica uma atuação nos espaços de construção da moralidade para além dos espaços relativos ao desenvolvimento agrário e demais temas correlacionados.

A participação dos dirigentes em quadros de outras entidades revela capitais acumulados e o poder simbólico dado a esses agentes. O SRSS atua em diferentes espaços de organização política classista. Compreende-se que se operacionaliza mediante os “determinantes econômicos e sociais da divisão do trabalho político” (BOURDIEU, 1989, p. 164). Soma-se o tempo livre e o capital cultural como formas de intensificar o poder político nas mãos de um pequeno grupo, estruturando as relações em uma distribuição assimétrica desses capitais entre os agentes envolvidos, pois há uma hierarquização da participação desses dirigentes conforme a organização da entidade e delegações.

A organização e a participação dos dirigentes em quadros de outras entidades apontam para o processo de formação da classe patronal rural no município. Isso porque são espaços para

a “articulação de práticas coletivas que perpassam os domínios econômicos, políticos e ideológicos culturais” (AGUIAR, 2019, p. 10), como práticas características e ocasionadas pelo próprio tempo em que ocorrem, ou seja, em conformidade com a ideia de historicidade no processo de “fazer-se classe” (THOMPSON, 1987).

De acordo com Thompson, classe pode ser definida enquanto um acontecimento histórico, um movimento contínuo, situação em um processo de fazer-se classe. Isso quer dizer que ela está baseada nas experiências, nas capacidades dos grupos de construir valores, processo ativo que acontece entre a agência e as condições historicamente constituídas. Portanto, não se trata de um fenômeno das estruturas sociais, mas sim de fenômenos históricos que acontecem na realidade social de uma determinada sociedade histórica a partir das experiências comuns.

Para Bruno (2008) e Gasparotto (2016), a participação em outras entidades de representação de classe demonstra uma marca de identidade do patronato rural, o que pode tomar a forma de uma multiorganização como elemento dessa identidade. Multiorganização se trata de uma prática em que os canais de interlocução desses ruralistas são potencializados em uma pluralidade de redes de “[...] proprietários, criadores, produtores e agroempresários, garantia de possibilidade de planejar, executar ações conjuntas em defesa de determinados interesses, ampliando o espectro de alianças políticas da Federação” (GASPAROTTO, 2016, p. 83). Nesse sentido, fazer parte da organização de uma entidade de representação classista, de associações, cooperativas e núcleos lhes permite a possibilidade de neutralizar desavenças e fomentar a construção de interesses e adesões de outros setores.

Para Gasparotto (2016), o perfil do porta-voz está atrelado à sua capacidade em atuar em diferentes ramos da produção agropecuária e em entidades patronais, na medida em que revela um modo de organização política complexo e articulado em diferentes instâncias. Costa (2019) concorda que a multiorganização

possibilita às entidades de representação de classe atenuar as tensões internas e construir consensos com alcances que interligam distintas instâncias de representação.

Corroborando as proposições dos autores, o perfil dos dirigentes do SRSS revela que a escolha do líder, e a própria liderança, está associada à sua participação em outras entidades de representação de classe. Isso demonstra a capacidade do dirigente de articular diferentes interesses dentro do próprio Sindicato, pois, dessa forma, notabilizam-se como pessoas potencialmente capazes de reduzir tensões internas, conectar e ampliar canais de interlocução com outras redes de proprietários de terras, agroindustriais, produtores rurais, criadores e, inclusive, colaboram para a construção de alianças políticas.

Os modelos de múltipla organização e do perfil de dirigente diversificado com relação às ocupações profissionais se aliam às participações nas candidaturas eletivas no município de São Sepé, formando o perfil de representante do patronato rural local.

f) Vínculos partidários e mandatos eletivos: ao longo da história da entidade, é possível verificar que vários presidentes possuem vínculos a partidos políticos e candidaturas eletivas. Segundo Costa (2019), a participação em partidos políticos tem a sua importância para a representação dos interesses do patronato rural e agroindustrial pela associação entre a representação corporativa e a atuação de seus membros nos partidos políticos. Essa característica lhes confere espaços garantidos na representação de classe.

Para analisar a participação dos dirigentes do SRSS nas eleições municipais, optou-se por ampliar a amostra. Enquanto os tópicos anteriores se baseavam nos dirigentes do período 1992-2020, este tópico abarca os dirigentes do período 1959-2020. As informações foram coletadas no site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS). Muitos dos arquivos digitalizados não apresentavam informações sobre as candidaturas

não eleitas. A ausência dessa informação impediu a verificação de mais algumas possíveis candidaturas, especialmente ao legislativo municipal.

Entre 1959 e 2020, três presidentes do Sindicato foram eleitos prefeitos. No total, quatro presidentes participaram de eleições para o executivo municipal. Para o cargo de vereador, três presidentes do SRSS concorreram e dois foram eleitos vereadores. Três presidentes já haviam participado das eleições municipais antes mesmo de assumir a presidência do SRSS, e outros três participaram das eleições municipais após a presidência do SRSS.

Em relação aos partidos pelos quais os dirigentes concorreram (PDS, PL, Arena, MDB/PMDB, PPB, PFL), embora fossem, em dado momento, siglas adversárias e de posições contrárias, é possível afirmar que havia uma identificação dos partidos com o campo conservador.

Para Costa (2019), no Rio Grande do Sul, os empresários rurais possuem uma vinculação forte com a política local e uma maior ocupação em cargos deste nível do que outros setores das elites, se comparado a outros locais. Bruno (2015) e Xavier (2015) entendem que as redes de sociabilidade políticas e profissionais são fontes de estratégias de enfrentamento aos jogos de interesses políticos. Por essas redes, os ruralistas constroem e arregimentam prestígio, poder e forte posição de representação e representatividade dos interesses do patronato rural brasileiro.

Além disso, a pesquisa também mapeou parentes próximos aos dirigentes que se candidatam a cargos eletivos no município, para o executivo e o legislativo. Identificaram-se: um irmão, um filho, uma esposa e um genro de diferentes dirigentes. Ou seja, as relações familiares também consistem em fontes estratégicas de reprodução social desses grupos.

Segundo Bruno, Fernandes e Prado (2017), uma das potencialidades da reprodução de classe está na estrutura familiar, já que o perfil dominante é o clã familiar. Encontramos características semelhantes às apontadas pelos autores na representação

dos interesses do patronato rural local, quando vinculados aos partidos políticos e mandatos eletivos, pois há um determinado grau de parentesco, que geralmente é, mas não exclusivamente, do gênero masculino.

Isso aponta para privilégios, desigualdades de gênero e relações de poder bem definidas. Destaca-se também as estratégias matrimoniais, que, segundo Piccin (2012), visam assegurar a reprodução familiar e, sobretudo, sua integração. Na perspectiva do autor, a família é o lugar ideal para o acúmulo de diferentes capitais (econômico, social, cultural e simbólico).

Identifica-se a presença do *habitus* de classe que, por meio dos seus capitais, reflete o poder simbólico do qual estão investidos, distinguindo-se de outras classes e grupos por meio da participação na política e nos altos cargos da administração pública local. Compreende-se esse espaço como um cruzamento de práticas sociais de acúmulo de diferentes capitais por parte dos seus integrantes, o que permite a reprodução social por relações de poderes multifacetadas e polifônicas.

Este pode ser descrito como um processo de recrutamento de posições de elite para além da organização de classe. Conforme asseveram Perissinotto e Codato (2009), a partir das contribuições de Giddens, os processos de recrutamento são frutos das estruturas de oportunidades políticas que qualificam quem ascende ou não às posições de elite. E, ainda, as análises sobre a participação de dirigentes do Sindicato em candidaturas eletivas demonstram o ator político coletivo atuante para além da organização de classe nas distintas filiações partidárias.

Por mais que se tenha visto que a maioria dos dirigentes que concorreram às eleições ao executivo e legislativo municipal estivesse alinhada aos partidos políticos da direita e da extrema-direita brasileira, esta característica não é unânime. Nesse caso, a representação de classe se faz unicamente por uma minoria atuante na cena política local, independentemente da nomenclatura partidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tentou demonstrar a representação de interesses patronal rural por meio da identificação dos agentes, da estrutura organizacional e dos discursos e práticas sociais que envolvem a formação da classe patronal rural no Sindicato Rural do município de São Sepé. Para tanto, estabeleceu-se uma narrativa em torno de uma amostra de dirigentes do Sindicato que privilegiou as categorias socioeconômicas e trajetórias sociais conformadoras à representação de classe. A noção de representação refere um conjunto de diferentes dimensões que incorpora as entidades formais (associações, sindicato, grupos de pressões) e seus porta-vozes, seus líderes, por meio das práticas sociais condensadas à oratória de identidade e legitimidade (BRUNO, 2008).

Destacou-se como a construção da representação dos discursos se faz por meio da apropriação de frases populares. Neste caso, a frase emblemática “esta terra tem dono”, do líder indígena Sepé Tiarajú, figura que inspirou o próprio nome do município. A apropriação da frase revela simbolicamente umas das facetas incorporadas e comunicadas pelos ruralistas para a defesa inegociável da propriedade da terra.

Incluiu-se aos discursos que revelam a representação de si a afirmação “ele tem genética”, extraída das observações realizadas nos eventos oferecidos pelo Sindicato aos associados. Interpreta-se a frase pelo sentido que atravessa a relação do homem do campo e a criação de animais raçadores, neste caso, cavalos e bovinos dotados de uma suposta superioridade genética presumida da superioridade do seu criador.

A produção da dominação simbólica incorporada na linguagem tem suas vertentes nas atividades de negócios, aqui especificamente a criação de animais e a posterior comercialização dos seus descendentes nos remates. Essas atividades, associadas aos discursos, iluminam quanto à representação simbólica con-

tida nas relações de negócios que evidenciam quem são os pequenos, os médios e os grandes produtores rurais. Aponta-se, assim, para a verificação das distinções sociais e simbólicas, pois são espaços marcados por um modelo de organização de classe, que é representado por uma elite de classe, que atua conjugada à classe dominante.

Apresentaram-se, ainda, o perfil socioeconômico, as trajetórias e algumas redes de sociabilidades dos dirigentes. Entende-se que a estrutura organizacional da entidade revelou um movimento contínuo de *fazer-se classe*. O estudo resulta na compreensão de que os representantes da classe do patronato rural dentro do SRSS produzem discursos e práticas sociais reveladoras da formação da classe patronal rural, articuladas com as dinâmicas relativas aos cargos, aos perfis socioeconômicos dos representantes da entidade e às relações construídas com as demais entidades de classe e instituições políticas locais.

Essas trajetórias sociais corroboram para a união, a mobilização e o corporativismo na defesa inegociável do monopólio da terra. Ações que são investidas, dentro do modelo de multiorganização do patronato rural, como uma prática dos grandes proprietários de terras de construir consensos e amenizarem segmentações de interesses dentro da própria classe patronal.

A representação política incorpora capitais sociais, competências e habilidades constituídas pelos títulos escolares, trajetórias profissionais, alianças matrimoniais e de apadrinhamento. Unidas à representação política, as condições econômicas são acopladas ao fazer político e se mesclam entre o passado e o presente, comunicadas por seus porta-vozes nos ritos cotidianos, cerimoniais e que os identificam como empreendedores, abnegados e legítimos herdeiros e donos das terras.

Todos os presidentes analisados tiveram vinculação com outras entidades de representação de classe e atuaram nas equipes diretivas do Sindicato antes de ocuparem o cargo de presidente. Compreende-se que esta característica demonstra mais

um elemento do modelo de multiorganização do patronato rural. Esse modelo de multiorganização é definido como tipo de organização política complexa que, quando exercida, pode fortalecer a atuação do Sindicato. Por outro lado, demonstra a capacidade individual do dirigente de articular politicamente em diferentes espaços, conectando e ampliando suas redes de relações com outros proprietários de terras e agroindustriais, construindo, de tal modo, as alianças políticas.

Analisou-se também a participação dos dirigentes do Sindicato em eleições para o executivo e legislativo municipal. Assim como definiram Bruno, Fernandes e Prado (2017), a participação em cargos eletivos atende às características do modelo de representação desses setores, associado à vinculação partidária e a mandatos eletivos.

A identificação de parentes próximos dos dirigentes na composição das estruturas organizativas e das entidades de representação de classe ligadas ao Sindicato reafirma a defesa do *status quo* da família enquanto lugar de acúmulo de diferentes capitais (econômicos, escolares, culturais etc.), capazes de assegurar a reprodução familiar e de classe por meio de práticas associadas à vida pública na política institucional. Acredita-se que isso pode influenciar, também, na legitimidade desses senhores e na manutenção e construção de espaços de poder.

Verificou-se a participação dos presidentes do Sindicato em quadros de outras entidades municipais, especificamente em conselhos e comitês da administração municipal. A participação em cargos da organização de políticas públicas municipais revela os capitais simbólicos instituídos nesses dirigentes e as formas pelas quais a organização política se faz e é operacionalizada. Assim, a construção de classe patronal se processa na medida em que as práticas sociais ocorrem articuladas coletivamente a outros grupos dominantes, e perpassam os domínios econômicos, políticos, ideológicos e culturais.

A análise da estrutura organizacional do SRSS demonstra que o perfil do porta-voz se constitui como um ator político coletivo, porque congrega muitas categorias de representantes, tal como se demonstra por meio das categorias socioeconômicas e trajetórias sociais. Evidenciou-se que a atuação dos presidentes da/na entidade exerce influência na municipalidade e nas empresas do ramo agropecuário, bem como em comissões organizativas das entidades de representação das elites agrárias no Estado.

Constatou-se que no SRSS se repetem, nas gestões, vários agentes que não correspondem, necessariamente, à elite econômica. A ação do patronato rural é uma conjugação de classe dominante e elite econômica. A entidade de defesa de classe é legalmente instituída e atua como uma organização de classe mobilizada, articulada e defendida dentro das esferas institucionais e políticas do Estado. O SRSS faz inúmeros recrutamentos de gerentes, técnicos, profissionais liberais, pequenos e médios proprietários rurais que não constituem exclusivamente a elite econômica e política da cidade, mas que atuam em políticas do interesse dessa classe.

A análise leva a compreender que os presidentes do SRSS, no exercício de suas atividades, estavam preocupados em realizar – ou melhor, direcionar – suas ações visando à renovação dos espaços, dos negócios, dos discursos, para que pudessem levar adiante suas ideias, seus interesses intra e extraclasse. Além do desempenho dos dirigentes em ampliar seus domínios políticos, econômicos e sociais, observa-se a existência de uma reafirmação de valores e padrões de pensamentos construídos no passado e mantidos em suas relações no presente, em seus discursos, e perceptíveis no cotidiano.

Contudo, a representação política desses agentes, ou seja, dessa classe, pode ser vista como “um momento de união e solidariedade interna” ou, em outros termos, como formas “de produção de uma experiência social comum, partilhada” (COSTA, 2019, p. 18). Dessa maneira, as classes dominantes podem

ser compreendidas pelos valores partilhados, projetos e pactos firmados, pela identificação dos adversários e dos aliados e pela forma com que renovam as práticas sociais, culturais e políticas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Valente. A classe social como processo: o conceito de formação da classe trabalhadora. *Configurações*, Braga, v. 5, n. 6, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRUNO, Regina Angela. *Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação*. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo. Relatório Final de Pesquisa. Rede de Desenvolvimento, Ensino e Sociedade. 2008.

BRUNO, Regina Angela. *Elites Agrárias, Patronato Rural e Bancada Ruralista*. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

BRUNO, Regina Angela; FERNANDES, Afonso; PRADO, Felipe. Patronato Rural, relações de parentesco e representação política (primeiras anotações). *Revista NEP-UFPR*, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 272-283, ago. 2017.

COSTA, Felipe Ferrari. *Ação Política e Representação de interesses do Patronato Rural Gaúcho: uma análise da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (1988-2000)*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GASPAROTTO, Alessandra. *“Companheiros Ruralistas!”: Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964)*. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.

LEAL, Natacha Simeí. *Nome aos bois: Zebus e zebuieiros em uma pecuária brasileira de elite*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIMA, Denise Maria de Oliveira. Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu. *Cógito*, Salvador, v. 11, p. 14-19, 2010.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. *Revista Política de Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 243-270, jul./dez. 2009.

PICCIN, Marcos Botton. *Os senhores da terra e da guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro*. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SRSS. *Revista Comemorativa aos 50 anos do Sindicato Rural de São Sepé*. SRSS: São Sepé, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

XAVIER, Glauber Lopes. “Senhores da Lei, Donos da Terra”: o arauto da bancada ruralista na Câmara (2009-2014). *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 131-165, 2015.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais/ Max Weber; tradução Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

Vandrisia Neves Balthazan é mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: vandrisia@hotmail.com.